

# PRESENCAS OU AUSÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS A NÍVEL FEDERAL QUE BENEFICIAM O LEITOR BRASILEIRO (2016-2025)

## Identificação das autoras

Bárbara Amádio  
Bibliotecária e Mestranda no Programa  
de Pós-Graduação em Memória Social da  
Universidade Federal do Estado do Rio  
de Janeiro  
barbaraamadios@edu.unirio.br

Daniele Achilles  
Bibliotecária, Docente e Coordenadora no  
Programa de Pós-Graduação em  
Memória Social da Universidade Federal  
do Estado do Rio de Janeiro  
daniele.achilles@unirio.br

## Resumo

Este trabalho apresenta uma análise das políticas públicas federais voltadas para o livro, a leitura e as bibliotecas no Brasil, no período de 2016 a 2025, marcado por intensas instabilidades políticas. A partir dessa abordagem, a pesquisa evidencia a natureza transdisciplinar da Memória Social associada ao campo da Biblioteconomia ao problematizar o legado deixado no período, especialmente quanto às presenças e ausências de políticas culturais que impactam diretamente na formação do leitor brasileiro. Fundamentada na legislação disponível no portal da Legislação Federal Brasileira, utiliza essa base como fonte primária para investigar aspectos legais, reforçando o vínculo entre produção acadêmico-científica e os recursos tecnológicos de acesso à informação. A análise compara as políticas implementadas entre os diferentes governos do período indicado, refletindo sobre seus impactos no exercício da cidadania, na garantia de direitos e na luta contra a vulnerabilidade informacional. Também discute a noção de pertencimento à comunidade leitora, apontando caminhos e perspectivas para o fortalecimento da leitura no país, mesmo diante das adversidades enfrentadas. Conclui que se faz necessária uma intervenção governamental mais direta, que possibilite mais políticas públicas para o setor.

**Palavras-chave:** políticas públicas, políticas culturais, memória social

## Abstract

This paper presents an analysis of federal public policies focused on books, reading, and libraries in Brazil from 2016 to 2025, a period marked by intense political instability. Based on this approach, the research highlights the transdisciplinary nature of Social Memory associated with the field of Library Science by questioning the legacy left during this period, especially regarding the presence and absence of cultural policies that directly impact the formation of Brazilian readers. Based on the legislation available on the Brazilian Federal Legislation portal, it uses this database as a primary source to investigate legal aspects, reinforcing the link between academic-scientific production and technological resources for access to information. The analysis compares the policies implemented by the different governments during the period in question, reflecting on their impact on the exercise of citizenship, the guarantee of rights, and the fight against informational vulnerability. It also discusses the notion of belonging to the reading community, pointing out ways and

perspectives for strengthening reading in the country, even in the face of adversity. It concludes that more direct government intervention is necessary to enable more public policies for the sector.

**Keywords:** public policies, cultural policies, social memory

## Introdução

As políticas públicas culturais são um conjunto de ações, diretrizes e estratégias formuladas e implementadas pelo Estado (municipal, estadual ou federal) com o objetivo de promover, valorizar, preservar e democratizar o acesso à cultura em uma sociedade. Para além disso, são fundamentais para garantir o direito de todos os cidadãos como elemento central na constituição da identidade, da memória e participação social. No entanto, este é um assunto “caro” ao Brasil. A ausência ou até mesmo a ineficiência das políticas públicas culturais sempre representou um grave entrave ao desenvolvimento social, educacional, cultural e democrático no país. Tal carência provoca diversos impactos negativos que se tornam ora visíveis, ora invisíveis, especialmente entre as populações mais vulnerabilizadas e nas regiões em condição de periferia. Sem políticas estruturantes — que articulem financiamento, formação, infraestrutura e participação social — o país continua a privilegiar circuitos culturais elitizados e concentrados em grandes centros urbanos, deixando à margem uma imensa diversidade de manifestações culturais.

Essa lacuna também se vê aprofundada não somente na esfera social e governamental, mas, sobretudo na esfera acadêmica, principalmente, na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com vistas na incipiência temática e falta de publicações a respeito do assunto. Observa-se também um processo cíclico marcado por descontinuidades de programas voltados ao livro, a leitura e as bibliotecas, por exemplo.

No campo dos estudos culturais, o cenário das políticas públicas culturais no Brasil pode ser analisado de forma crítica e aprofundada, especialmente no que diz respeito à disputa por representações, identidades e poder. Os estudos culturais, oriundos principalmente do campo anglo-saxão (como os de Raymond Williams, Stuart Hall e Homi Bhabha), entendem a cultura não apenas como produção simbólica, mas como um espaço de conflito, negociação e resistência. Para os estudos culturais, existe uma assimetria que não é neutra: ela se revela a partir das estruturas de poder que operam na definição do que é considerado “culturalmente legítimo” ou “valioso”. A ausência ou precariedade das políticas públicas culturais é, portanto, uma forma de exclusão simbólica e política, que reforça as hierarquias sociais e a marginalização de grupos historicamente oprimidos.

As políticas públicas em nível federal voltadas ao fomento da leitura ainda são pouco discutidas, configurando um campo fértil para a análise das presenças e ausências da leitura na representação cultural brasileira. Embora o Brasil seja frequentemente retratado como um país que não lê, sua produção literária é marcada por uma expressiva diversidade, especialmente no cenário contemporâneo — o que evidencia a necessidade de maior valorização no debate sobre políticas públicas e estratégias de incentivo à formação de leitores. Reconhecendo a leitura como uma ferramenta fundamental para o exercício da cidadania, o Ministério da Cultura delega à Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura a responsabilidade pela formulação de políticas públicas que promovam atividades artísticas, educativas e culturais, bem como pela disseminação de informações e pela formação de leitores autônomos, críticos e reflexivos (Brasil, 2025a).

## Fundamentação teórica

Este estudo busca observar a presença ou ausência de políticas públicas federais voltadas à formação do leitor no Brasil, tomando como base a formação em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A pesquisa dialoga com a Biblioteconomia Pública, a Ciência da Informação e a Memória Social, entendendo a política cultural como ferramenta de mudança social e, na ausência, como propagadora da vulnerabilidade informacional. No campo das bibliotecas públicas, o Ministério da Cultura (Brasil, 2025b) define-as como equipamentos culturais gratuitos, integrados ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Segundo Calabre (2007), os processos de gestão cultural exigem planejamento, execução e avaliação, mas sofrem com a carência de recursos e a falta de coerência entre ações e objetivos. Severino (2012) destaca o marco democrático da Constituição de 1988 e a criação do Ministério da Cultura em 1985 como espaços de participação social, enquanto Makiuchi (2016) analisa as políticas culturais em meio a crises democráticas, alertando para riscos de abandono das políticas em prol de visões neoliberais, orientando dessa forma as nossas reflexões na presente pesquisa.

Também evocamos o pensamento de Souza (2017), com sua crítica à desigualdade no acesso à leitura entre classes sociais, e Santos e Chauí (2018) com a visão da violação de direitos, na nossa perspectiva diante da valorização da informação. É com Gondar (2016) que sustentamos a abordagem transdisciplinar da Memória Social para compreender os eventos recentes, como o impeachment de Dilma (2016), as fake news (2018), a pandemia (2020) e as transformações ministeriais. Também trazemos Santos e Chauí (2013) defendendo a democratização do conhecimento, enquanto Achilles (2018) aponta a importância da diversidade de acervos e Meneses Tello (2008) reforça a necessidade de serviços para grupos vulneráveis.

Quanto ao contexto político, Gonçalves Dias (2021) analisa os governos Temer e Bolsonaro como parte de um “desmonte” das políticas culturais, agravado pela extinção do MinC em 2019 e parcialmente revertido em 2023. A atual gestão de Lula (2023-2026) busca a retomada da cultura, mas enfrenta dificuldades de implementação. A obra de Gonçalves Dias (2021) amplia o olhar para a trajetória do Ministério da Cultura desde 1985, reforçando a necessidade de políticas públicas consistentes. Para Calabre (2007), tais políticas devem partir da percepção da cultura como bem coletivo; Severino (2012) a entende como prática regulada pelo Estado; e Makiuchi (2016) ressalta a urgência de fortalecer o campo crítico da política cultural. Assim, a pesquisa busca evidenciar como a ausência de políticas públicas para o leitor entre 2016 e 2025 reflete o descaso governamental e compromete a democratização da leitura, informação e cultura no Brasil.

## **Metodologia**

Já para o levantamento legal foram utilizados os dados apresentados no portal Legislação Federal Brasileira, com resultados iniciais em 2024 (coleta até julho, defesa em dezembro) e com a nossa atualização de 2025 (também com coleta até julho, apresentação no presente artigo). Contando com filtro para leis e decretos nos respectivos anos, o levantamento analisou um a um dos 190 resultados, adequando aos critérios da pesquisa, ou seja, devendo aplicar-se aos benefícios do leitor brasileiro, portanto resultando nos 23 totais apresentados no Quadro 1. De navegação intuitiva, o portal da Legislação Federal Brasileira passou por uma atualização em relação ao último ano, oferecendo agora não só a lei ou o decreto na íntegra, mas uma prévia de indicação da sua situação (tramitação, revogação, etc), além de uma ficha que agora resume a partir de categorias mais acessíveis (data, origem, fonte, referenda, assunto), facilitando o acesso às informações do usuário.

### **Quadro 1 - Levantamento de leis e decretos que beneficiam o leitor brasileiro (2016-jul.2025)**

Governo	Leis	Decretos	Percepções
<p>Temer (2016-2018)</p>	<p>Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018: Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.</p>	<p>Decreto nº 13.394, de 20 de dezembro de 2016: Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura.</p> <p>Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017: Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.</p> <p>Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017: Funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior, especificando sua relação com uma biblioteca atualizada.</p> <p>Decreto nº 9.522, de 08 de outubro de 2018:</p> <p>Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, de 2013.</p>	<p>5 (cinco) leis e decretos totais, tratando continuidade de orçamento ou programas prévios; destaca-se pela Política Nacional de Leitura e Escrita, assim como a relação do ensino superior com seus acervos, no entanto não avança ou incentiva de forma direta estas ações, sem muito planejamento de continuidade dos processos, etc.</p>
<p>Bolsonaro (2019-2022)</p>	<p>Lei nº 13.904, de 19 de novembro de 2019: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Fundação Biblioteca Nacional.</p> <p>Lei nº 13.905, de 21 de novembro de 2019: Inclui no rol de difusão de livros os concursos regionais visando a descobrir e a incentivar novos autores.</p> <p>Lei nº 14.223, de 18 de outubro de 2021: Orçamentos Fiscal e</p>	<p>Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019: Após a extinção do Ministério da Cultura, ao menos redireciona o Plano Nacional do Livro e Leitura para pertencer a um ministério, neste caso os Ministérios da Cidadania e da Educação.</p> <p>Decreto nº 10.847, de 26 de outubro de 2021: Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e</p>	<p>7 (sete) leis ou decretos totais, dá continuidade a ações anteriores e tenta administrar as instituições que foram remanejadas após a extinção do Ministério da Cultura; destaca-se pelo pouco investimento em bibliotecas e ações para a leitura, ao menos atualizando a inclusão de novos autores e de leitores com deficiência visual.</p>

	<p>da Seguridade Social da União, em favor da Fundação Biblioteca Nacional.</p>	<p>Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude.</p> <p>Decreto nº 10.882, de 3 de dezembro de 2021: Regulamenta o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.</p> <p>Decreto nº 10.886, de 7 de dezembro de 2021: Institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, que visa incluir as políticas de incentivo ao livro e à leitura.</p>	
<p>Lula (2023-jul.2025, presente momento da pesquisa)</p>	<p>Lei nº 14.407, de 12 de julho de 2022: Assume o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura ao atualizar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</p> <p>Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024: Redefine o conceito de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares.</p> <p>Lei nº 14.846, de 24 de abril de 2024: Atribui medida especial de proteção ao trabalho realizado em arquivos, em bibliotecas, em museus e em centros de documentação e memória.</p>	<p>Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023: Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.</p> <p>Decreto nº 11.849, de 26 de dezembro de 2023: Institui o Comitê Técnico Interministerial de Cultura e Educação, com representantes na Secretaria de Formação, Livro e Leitura e na Fundação Biblioteca Nacional.</p> <p>Decreto nº 12.021, de 16 de maio de 2024: Atualiza o Programa</p>	<p>11 (onze) leis ou decretos totais, até o momento presente da pesquisa (julho/2025), tentando dar conta da superação de instabilidade dos últimos anos e associando a questão da leitura à educação, como se percebe também nos mandatos anteriores; destaca-se pela recuperação do Ministério da Cultura e as ações emergenciais, incluindo o livro e seus programas na difusão da cultura.</p>

		<p>Nacional do Livro e do Material Didático.</p> <p>Decreto nº 12.048, de 5 de junho de 2024: Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos e a Medalha Paulo Freire, atualiza o Programa Brasil Alfabetizado.</p> <p>Decreto nº 12.166, de 05 de setembro de 2024: Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita.</p> <p>Decreto nº 12.322, de 19 de dezembro de 2024: Remaneja cargos e funções da Fundação Biblioteca Nacional para melhorias.</p> <p>Decreto nº 12.363, de 17 de janeiro de 2025: Aprova o XI Plano Setorial para os Recursos do Mar e propõe a distribuição gratuita dos seus livros entre os estudantes de graduação e de pós-graduação da área de Ciências do Mar.</p> <p>Decreto nº 12.471, de 28 de maio de 2025: Remaneja cargos e funções do Ministério da Cultura para melhorias.</p>	
--	--	---	--

Fonte: As autoras (2025), a partir do levantamento legal no portal da Legislação Federal Brasileira, de 31/08/2016 (dia que Temer assumiu) a 31/07/2025 (presente data da pesquisa).

A fim de compreender as visões dos pares que analisam as políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas no Brasil, e também pensando sobre a publicação de trabalhos acadêmicos-científicos nesta discussão, protocolamos uma busca diante da combinação dos termos “políticas públicas”+“biblioteca pública” na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), obtendo 52 e 41 resultados respectivamente, sendo 75 deles aplicáveis aos critérios da pesquisa, que

compõem o nosso levantamento teórico, ou seja, excluindo duplicatas, fora do recorte temporal, espacial ou do assunto. Este resultado justifica também a nossa necessidade de acionar a necessidade de aprofundamento da discussão, entendendo melhor a respeito do pensamento crítico da Biblioteconomia e da Ciência Informação em relação às políticas públicas.

## **Análise e interpretação de dados**

Conforme o Quadro 1, podemos expandir as percepções para análises mais completas, pensando não só nas particularidades de cada governo, mas também nos pontos de convergência no tópico da leitura e, principalmente, a baixa em publicações, um dado que todos carregam em comum. Para um assunto emergencial, poucas medidas são tomadas a nível federal. Respeitando a cronologia, pelos próximos parágrafos apresentaremos os anos de 2016 a 2018 (Temer), 2019 a 2022 (Bolsonaro) e 2023 até o presente momento da pesquisa, julho de 2025 (Lula). É importante também ter vista outros assuntos que atravessam estes anos para além dos diferentes interesses das agendas governamentais, como a explosão das fake news e a pandemia de Covid-19, temas que impactam muito a recepção e percepção da informação nos últimos anos, e por consequência acabam por estabilizar a ideia da informação como ferramenta de cidadania.

O governo de Temer foi iniciado após a destituição de Dilma em 2016, sendo o seu começo marcado pela tentativa de extinção do Ministério da Cultura, conforme nos mostra Gonçalves Dias (2021, p. 232), uma medida provisória que só não foi para frente pela resistência da classe artística-intelectual. As poucas leis e os decretos publicados no período expressam o afastamento de sua agenda em relação à cultura, resultando no total de 5 (cinco) publicações de leis ou decretos ao longo de dois anos, tendo o Ministério passado pela responsabilidade de três Ministros neste tempo. Com isso, observar as publicações ocorridas durante o período Temer é ver um reflexo da falta de comprometimento com a pasta da cultura, assim como a lembrança da resistência de movimentos como o Ocupa MinC e o Ocupa Funarte, manifestações artísticas que não aceitaram a proposta presidencial de redução da cultura no Brasil, mesmo que a consequência tenha sido uma redução de investimentos na mesma.

Essa redução de investimentos alcança o seu ápice quando Bolsonaro foi eleito em 2019, extinguindo o Ministério da Cultura. Percebemos algumas instituições fundamentais da cultura, como a Fundação Biblioteca Nacional, serem realojadas no Ministério do Turismo, e também o Plano Nacional do Livro e Leitura ser colocado nos Ministérios da Educação e da Cidadania, entre outras leis e decretos que foram alvos de críticas ao seu tempo. Torna-se evidente também a baixa em publicações, sendo apenas 7 (sete) leis ou decretos totais em quatro anos de mandato. Ainda durante o período de Bolsonaro, a Lei nº 14.399 de 08 de julho de 2022, mais conhecida como Lei Aldir Blanc de Fomento à Cultura, foi publicada de forma contraditória aos movimentos anteriores, mencionando que os recursos podem ser utilizados para “construção, formação, organização, manutenção e ampliação” (Brasil, 2022) e em serviços educativos de bibliotecas, ainda que sem menções diretas de ações de leitura ou a favor da figura do leitor em si.

Estas marcações contrastantes ao que construiu da cultura até aqui são ainda mais determinadas quando Lula assume em 2023, sendo este o governo em análise até o presente momento da pesquisa, situado em julho de 2025. Até aqui, foram publicadas 11 (onze) leis ou decretos totais, correspondendo à expectativa firmada com o decreto que aciona emergência para o setor cultural em maio do primeiro ano. Esta reafirmação da cultura condiz com a percepção de Gonçalves Dias (2021, p. 264) sobre a superficialidade da instabilidade cultural durante os anos de Temer e Bolsonaro, uma vez que a cultura em si é muito bem

estruturada no território brasileiro. Assim como nos seus governos anteriores, o atual de Lula estabelece conexão entre cultura e educação, apresentando leis e decretos que servem a ambas, como as atualizações para os livros didáticos e ações de alfabetização, entretanto, com isso as críticas também reverberando para as duas pastas.

Quanto aos destaques, podemos mencionar que o governo Temer contou com a instituição do Política Nacional de Leitura e Escrita, descrito pelo portal de notícias do Senado (2018) como uma estratégia permanente para garantir “direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas”, enquanto o governo Bolsonaro nos trouxe a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, “incluindo as políticas de incentivo ao livro e à leitura e a outros setores das indústrias criativas” como é mencionado no próprio decreto (Brasil, 2021). É no governo Lula que a cultura retoma o seu patamar ministerial, deixando de ser Secretaria e acionam-se medidas emergenciais para dar conta dos últimos anos, sendo também evidente às suas associações da cultura e da educação, ao menos com o assunto é leitura. É neste cenário que a pesquisa encontra o seu terreno de exploração, investigando as consequências das presenças e ausências das políticas públicas de nível federal pensadas para o leitor.

A principal consequência é incoerência em relação aos princípios da cidadania, resultando em vulnerabilidade informacional, vista não só através de processos de exclusão social, mas também através do fenômeno das *fake news*, do não saber o que fazer ou como se relacionar com a informação obtida, a falta de reconhecimento da biblioteca pública enquanto centro de informação e de serviços de informação que atendem a população como um todo, entre outros. Também se percebe a pouca valorização da literatura por parte da sociedade como um reflexo destes governo, a população fora das universidades e núcleos mais intelectualizados nem sempre reconhecendo o livro como lugar de fruição, perpetuando sua imagem como recurso unicamente educativo e por isso desengajado pela falta de estímulo desse processo cultural. Para além de tudo, mesmo essa visão educativa do livro é comprometida devido às instabilidades do processo educacional do brasileiro, passando a ver o livro como um objeto não relacionável ao seu cotidiano.

Relacionar-se com a informação não deveria ser um privilégio. É essa tensão que Santos e Chauí (2013) pensam ao relacionar a luta pela dignidade humana como um todo, criticando em primeiro lugar como se dá a criação de direitos e suas garantias. As ideologias que propõem os direitos humanos e sociais são, entre si, já contraditórias em sua formação, e quando levadas ao extremo, como aqui vemos no caso das políticas públicas voltadas ao leitor, tocamos em um ponto onde até mesmo essa crítica da formação é questionável, em especial porque sua ausência é muito mais marcante que as contradições de uma presença, caso houvesse, para o cidadão para receber, refletir, explorar e produzir informação, conforme o seu direito de exercê-la.

É nesse fazer multisetorial das políticas públicas para o leitor (cultura, educação, saúde) que pensamos possibilidades ampliadas, por mudanças sociais reais. A discussão proposta por Achilles (2018) evidencia a biblioteca pública como esse lugar de experiências vitais, onde a subjetividade se expande, totalizando um exercício de sua cidadania pelo direito de ser. Essa biblioteca com caráter mais social é também sugerida por Meneses Tello (2008), agora pensando nos grupos vulneráveis, uma camada da população invisibilizada e privada do direito de se relacionar com a informação, acarretando em consequências de vida ou morte, como vimos durante no ano de chegada da Covid-19 ao continente latinoamericano, sendo o Brasil um caso expressivo desinformação gerando internações, mortes, o retorno do movimento anti-vacina, entre outros fatores...

Como um movimento para restabelecer a cultura no cenário brasileiro e incentivar os processos de leitura, informação e afins, atualmente, instituições brasileiras voltadas para os profissionais da informação realizam esse movimento de análise e discussão das políticas públicas. Em 2025, temos como exemplo a Federação Brasileira de Associações de

Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) ao emitir o seu *Chamado urgente pela Leitura, pelas Bibliotecas e pela Democracia!* (2025), pautando especialmente a Consulta Pública do Plano Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas – 2025–2035 (PNLL). Segundo a FEBAB (2025, p. 2), “O Plano proposto conta com 163 diretrizes, que ilustram a construção coletiva e a implementação das políticas públicas no campo da leitura e do acesso ao conhecimento”. Essa luta vinda de dentro é fundamental para os próximos anos, tendo em vista a turbulência vivida na última década.

## Considerações finais

Através da pesquisa, apresentamos um panorama sobre o estado das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas de 2016 até metade de 2025, assumindo o contexto turbulento para a sociedade brasileira nestes anos: desde a extinção e recriação do Ministério da Cultura até eleições presidenciais marcadas por destituição e polarização, além da explosão das fake news e da pandemia de Covid-19, ambas atraindo processos de desinformação. Os principais e mais preocupantes fatores visualizados aqui foram a comparação entre os Governos com baixas em publicações destas políticas de incentivo ao leitor e também a falta de reconhecimento, tanto do Estado quanto da população, ao colocar a biblioteca pública como bem cultural que promove a informação legítima e a leitura como ferramenta para a cidadania ao fazer uso eficaz da informação que se tem acesso.

Com isso, percebe-se através do estudo mais do que um marcador de questionamento entre presença e ausência, mas o destaque à ausência de políticas públicas que beneficiam o leitor brasileiro, voltadas para o livro, leitura e bibliotecas. Mesmo com outros incentivos da cultura que surgiram durante o período, apesar de tantas turbulências, como, por exemplo, a Lei Aldir Blanc (Brasil, 2022), o processo da leitura em si não aparece como protagonista em leis e decretos aprovados nos anos de 2016 até a metade de 2025. Compromete-se com a falta de ação do Estado a capacidade de acesso e uso da informação, criticidade às suas transmissões e apropriação da leitura como ferramenta de libertação. Logo, tornam-se preocupantes as afetações às subjetividades a partir desta década marcada por tantos conflitos.

A pesquisa, como um todo, vem se construindo para abertura deste espaço de debate da comunidade acadêmica-científica para pensar mudanças sociais eficazes à comunidade, em especial no que diz respeito à luta contra a vulnerabilidade informacional. Também convoca bibliotecários, cientistas da informação e da política para questionar o cenário atual da leitura no Brasil: um problema não só do setor da educação, mas da cultura! Mantém-se, portanto, aberta às mudanças, conflitos e resoluções destes anos, a atualizar conforme o avanço na discussão das políticas públicas que protagonizam o processo da leitura, aproveitando o espaço da Memória Social para potencializar o debate dos atravessamentos que compõem a figura do leitor brasileiro e do seu espaço crescente no território, merecendo muito além de 23 publicações de leis e decretos ao longo de uma década. São muitas as questões preciosas para a Memória Social que se relacionam à pesquisa, como a questão de legado, afetações à subjetividade, impactos políticos aos territórios desses equipamentos culturais, entre outros aspectos relevantes para investigar o andamento da formação do leitor brasileiro.

## Referências

ACHILLES, Daniele. **Bibliotecas públicas brasileiras: sob a perspectiva da memória e experiência**. 2018. 282 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

AMÁDIO, Bárbara. **Mapeamento das políticas públicas voltadas ao livro, leitura e bibliotecas no Brasil: análise à luz dos preceitos socializados pelo Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas (2022)**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Competências da Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura**. Brasília, DF: Governo Federal, 17 mar. 2023. Atualizado em: 13 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/acao-informacao/institucional/competencias/competencias-da-secretaria-de-formacao-livro-e-leitura>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. **Legislação Federal Brasileira**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Tipos de bibliotecas: biblioteca pública**. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/teste01/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1/tipos-de-bibliotecas/biblioteca-publica>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023**. Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 29 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.399 de 08 de julho de 2022**. Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.886 de 06 de dezembro de 2021**. Institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 06 dez. 2021.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Anais... III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007, UFBA, Salvador. Disponível em: [cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf](http://cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf). Acesso em: 6 abr. 2025.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Chamado urgente pela Leitura, pelas Bibliotecas e pela Democracia!**. São Paulo, 2025. Disponível em: [febab.org/wp-content/uploads/2025/07/PNLL-Consulta-publica.pdf](http://febab.org/wp-content/uploads/2025/07/PNLL-Consulta-publica.pdf). Acesso em: 04 ago. 2025.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016. Disponível em: <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475/4929>. Acesso em: 01 ago. 2025.

GONÇALVES DIAS, Caio. **A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021. 296 p.

MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. Apresentação e O Observatório de Políticas Públicas Culturais e a Pesquisa em Política Pública Cultural no Brasil. In: MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues (Org.). **Políticas culturais, desenvolvimento e construção democrática**. Brasília: UNB, 2016. Disponível em: <https://iberkulturaviva.org/wp->

content/uploads/2024/11/Rodrigues-Pol%C3%ADticas-Culturais-Desenvolvimento-e-Constru%C3%A7%C3%A3o-2016\_compressed-1.pdf. Acesso: 09 ago. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. 5 ed.

MENESES TELLO, Felipe. **Servicios bibliotecários para grupos vulnerables: la perspectiva em las diretrices de la IFLA y otras asociaciones**. Informação & Sociedade, João Pessoa, v. 18, n.1, p. 45-66, jan./abr. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SENADO NOTÍCIAS. **Lei cria Política Nacional de Leitura e Escrita**. Distrito Federal: 2018. Disponível em: [12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/07/13/lei-cria-politica-nacional-de-leitura-e-escrita](https://12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/07/13/lei-cria-politica-nacional-de-leitura-e-escrita). Acesso em: 04 ago. 2025.

SEVERINO, José Roberto. Políticas culturais e migrações. *In*: RUBIM, Antonio Albino; CANELAS, Renata Rocha (Org.). **Políticas Culturais**. Salvador: edUFBa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34401/1/politicas-culturais-RI.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2025.